

A vertical photograph of a dense tropical forest. The upper portion shows a thick canopy of green trees. The lower portion features a river or stream, with a thick layer of green moss or algae covering the banks. A soft mist or fog hangs over the water, creating a serene and somewhat ethereal atmosphere.

GUIA PRÁTICO

OCPC 10: Créditos de Carbono, Permissões de Emissão e CBIOs



Introdução à OCPC 10 e Seu Contexto

A OCPC 10 é uma orientação técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que trata do reconhecimento, mensuração e divulgação contábil de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIOs). Ela busca alinhar a contabilidade brasileira às práticas internacionais e conectar as demonstrações financeiras com os relatórios de sustentabilidade.

Alinhamento Internacional

Conecta a contabilidade brasileira com práticas globais e relatórios de sustentabilidade.

Instrumentos Abrangidos

Créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Créditos de Descarbonização (CBIOs).

Estrutura Conceitual da OCPC 10

A OCPC 10 define critérios claros para o reconhecimento de créditos de carbono como ativos não financeiros, especificamente incorpóreos e sem substância física. O tratamento contábil é determinado pelo agente econômico (originadora, intermediária ou usuária final) e pela forma como os créditos se inserem no modelo de negócios, podendo ser classificados como estoques ou ativos intangíveis.

Ativos Não Financeiros

Créditos de carbono são reconhecidos como ativos incorpóreos.

Classificação Contábil

Podem ser estoques (se para venda) ou intangíveis (se para uso próprio).

Papel da Entidade

O tratamento contábil varia conforme a entidade seja originadora, intermediária ou usuária.

Natureza do Ativo

Não se enquadram como ativos financeiros, conforme IAS 32.

Agentes Econômicos Envolvidos

Governo / Regulador

é o agente responsável pela definição e implementação de políticas públicas de descarbonização da economia.

Originador

é o agente econômico que controla os recursos econômicos com potencial de gerar os ativos tratados na OCPC 10.

Intermediário

é o agente econômico que essencialmente compra e vende esses ativos.

Usuário final

é o agente econômico cujo modelo de negócio envolve a aquisição destes ativos.

Mercado Regulado vs. Mercado Voluntário

Existem dois tipos de mercado onde os créditos de carbono podem ser negociados, mercado regulado e mercado voluntário:

Mercado Regulado

No mercado regulado, os créditos são usados para cumprir metas obrigatórias de redução de emissões, onde há interferência governamental para incentivar ou desincentivar ações dos agente econômicos.

Mercado Voluntário

No mercado voluntário, empresas e indivíduos compram créditos para compensar suas emissões por iniciativa própria, de forma espontânea, livre de qualquer interferência governamental e motivadas pelo interesse das partes envolvidas.

Objetivos e Implicações do Estudo

Este manual aprofunda o tratamento contábil desses instrumentos, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras e na governança corporativa. Exploraremos também a vital relação da OCPC 10 com as normas do ISSB (IFRS S1 e S2) e com a Resolução CVM 223/24, que traz novos requisitos para companhias abertas.



Governança Corporativa

Entender implicações na governança.



Compreensão Contábil

Analisar o tratamento contábil.



Impacto Financeiro

Avaliar efeitos nas demonstrações financeiras.



Relação com Normas

Conexão com ISSB e CVM 223/24.



Governança Corporativa

Entender implicações na governança.

Estabelecimento de Políticas e Processos de Sustentabilidade

A governança corporativa deve incorporar políticas claras e processos estruturados para gerir os compromissos relacionados à sustentabilidade, especialmente em relação aos instrumentos contábeis e financeiros tratados pela OCPC 10.

Definição de Limites Operacionais

É necessário que a governança defina limites claros para a operação desses instrumentos, determinando o papel específico da Companhia, o que implica maior controle e responsabilidade sobre as estratégias adotadas.

Monitoramento e Avaliação de Estratégias

A governança deve garantir a existência de mecanismos de monitoramento contínuo das estratégias ligadas aos instrumentos financeiros e aos compromissos de sustentabilidade, promovendo transparência e alinhamento com as melhores práticas regulatórias e normativas.

Adequação às Normas Internacionais e Regulatórias

A governança deve assegurar que a empresa esteja alinhada às exigências da OCPC 10, das normas do ISSB (IFRS S1 e S2) e da Resolução CVM 223/24, garantindo conformidade regulatória e maior qualidade nas informações divulgadas, o que fortalece a confiança dos investidores e demais *stakeholders*.

Integração das Práticas Contábeis com a Governança

A governança deve integrar as práticas contábeis específicas desses instrumentos no processo decisório e de controle da companhia, promovendo um impacto positivo nas demonstrações financeiras e, conseqüentemente, na transparência e na responsabilidade corporativa.



Compreensão Contábil

Analisar o tratamento contábil.

Efeitos na Contabilidade e Contabilização em Cada Agente Econômico - Créditos de Carbono

Efeito Contábil: Deve reconhecer os créditos de carbono conforme as diretrizes da OCPC 10, refletindo adequadamente nas demonstrações financeiras o valor justo, ajustes de passivos ou ativos, e os compromissos de sustentabilidade vinculados.

Contabilização: Registro inicial, reavaliações periódicas e divulgação conforme normas IFRS S1 e S2, e os requisitos da CVM 223/24.

Exemplo Prático:

Originador	Intermediário	Usuário final
<ul style="list-style-type: none">• Inicialmente desde que atendidos os critérios, deve-se reconhecer como ativo intangível.• Posteriormente, para comercialização, transfere-se o saldo do intangível para o estoque.	<ul style="list-style-type: none">• Inicialmente é registrado no estoque pelo custo e sua mensuração subsequente por custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor.• Caso atendido os critérios de <i>book trader</i>, pode-se adotar a mensuração subsequente como valor justo deduzido dos custos de vendas.	<ul style="list-style-type: none">• A entidade que desejar compensar suas próprias emissões, reconhece como ativo intangível , inicialmente pelo custo, com mensuração subsequente seguindo o disposto no CPC 04.



Compreensão Contábil

Analisar o tratamento contábil.

Efeitos na Contabilidade e Contabilização em cada Agente Econômico - *Allowances* – Permissões de emissão

Efeito Contábil: Deve reconhecer os créditos de carbono conforme as diretrizes da OCPC 10. Este tema ainda causa discussões e foram avaliados três métodos de contabilização, sendo que o adotado foi o *government grant* para o usuário final.

Contabilização: Registro inicial, reavaliações periódicas e divulgação conforme normas IFRS S1 e S2, e os requisitos da CVM 223/24.

Exemplo Prático:

Originador	Intermediário	Usuário final
<ul style="list-style-type: none">• O governo distribui as licenças conforme plano de emissões setoriais, por exemplo.	<ul style="list-style-type: none">• Registrar o passivo no mesmo montante de permissões detidas.• Caso a empresa não tenha permissões suficientes para compensar sua emissão uma provisão no passivo deve ser reconhecida.	<ul style="list-style-type: none">• A entidade que deseja compensar suas próprias emissões, reconhece como ativo intangível, inicialmente pelo custo, com mensuração subsequente seguindo o disposto no CPC 04.



Compreensão Contábil

Analisar o tratamento contábil.

Efeitos na Contabilidade e Contabilização em Cada Agente Econômico - RenovaBio - CBIO

Efeito Contábil: Deve reconhecer os créditos de carbono conforme as diretrizes da OCPC 10.

Contabilização: Registro inicial, reavaliações periódicas e divulgação conforme normas IFRS S1 e S2, e os requisitos da CVM 223/24.

Exemplo Prático:

Originador	Intermediário	Usuário final
<ul style="list-style-type: none">• Registrada como estoque em contrapartida de subvenção governamental. Após a emissão da CBIO deve-se mensurar o valor justo com contrapartida no resultado.	<ul style="list-style-type: none">• Registro no estoque e ao atendido os critérios de <i>book trader</i>, pode-se adotar a mensuração subsequente como valor justo deduzido dos custos de vendas, as mensurações subsequentes devem ser registradas no resultado do período.	<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer mensalmente uma provisão para aquisição de CBIO.• As aquisições de CBIO devem ser registradas no intangível.• A baixa da CBIO se dará contra a provisão constituída.



Impacto Financeiro

Avaliar efeitos nas demonstrações financeiras.

As divulgações contábeis devem observar os requisitos dos Pronunciamentos Técnicos que fundamentaram a definição das políticas contábeis que sejam aplicáveis à entidade e à classificação do ativo. Além disso, é obrigatório divulgar as políticas contábeis relevantes, assim como os julgamentos e estimativas críticas adotados, em conformidade com o disposto no CPC 26.

Nas notas explicativas, a evidenciação deve apresentar de forma clara, objetiva e transparente o modelo de negócio adotado pela entidade em sua atuação no mercado de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIOs).

Deve-se descrever detalhadamente o processo contábil aplicado ao reconhecimento e à mensuração dos créditos de carbono, garantindo que a explicação seja suficientemente clara e precisa para permitir aos usuários das demonstrações contábeis um julgamento fundamentado sobre as políticas contábeis empregadas.



Impacto Financeiro

Avaliar efeitos nas demonstrações financeiras.

A Entidade divulgará:

- **Políticas contábeis adotadas** - Descrição dos critérios e métodos aplicados pela entidade para reconhecimento, mensuração, amortização e eventual baixa dos créditos de carbono, conforme normas contábeis pertinentes e diretrizes regulatórias vigentes.
- **Quantidade e valor dos créditos registrados como ativos intangíveis** - Informação quantitativa e monetária sobre os créditos de carbono mantidos como ativos intangíveis no balanço patrimonial, discriminando quantidade de unidades e valor contábil total.
- **Volume utilizado para compensação no exercício** - Registro da quantidade de créditos de carbono efetivamente utilizados para compensar emissões no período, com indicação do reflexo contábil dessa utilização.
- **Premissas de vida útil e critérios de mensuração** - Especificação do prazo considerado para a utilização dos créditos (vida útil econômica) e a base de mensuração adotada (ex.: custo de aquisição, valor justo), incluindo eventuais revisões.
- **Eventuais provisões reconhecidas** - Divulgação de provisões constituídas em decorrência de riscos de perda, invalidação, desvalorização ou não utilização dos créditos, com critérios de cálculo e justificativas.
- **Alinhamento às metas climáticas e indicadores ESG** - Informações qualitativas sobre como a gestão e utilização dos créditos de carbono se relacionam com as metas de redução de emissões e com os indicadores ESG reportados pela entidade.



Relação com Normas

Conexão com ISSB

Ponto de Partida - ISSB – IFRS S1 e S2

Definição:

IFRS S1 → Norma geral de divulgação de **informações financeiras relacionadas à sustentabilidade**.

IFRS S2 → Norma específica para **clima**, que inclui emissões de GEE, riscos e oportunidades, e uso de **créditos de carbono**.

Onde o OCPC 10 se insere nessa estrutura:

Apesar de, como já citamos ao longo deste manual, o **OCPC 10** não ser uma norma de divulgação de sustentabilidade, é uma orientação contábil que trata do reconhecimento, mensuração e divulgação contábil de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIOs) na demonstrações financeiras.

Porém, na prática, quando a empresa cumpre a norma **IFRS S2** e divulga seu uso de créditos de carbono, ela precisa de **dados confiáveis** sobre quantidade, valor, classificação e movimentação desses créditos.

- Esses dados contábeis virão **diretamente** da aplicação do OCPC 10.



Relação com Normas
Conexão com ISSB

Pilar IFRS S2	Exigência de Divulgação	Conexão com OCPC 10
Estratégia	Explicar papel dos créditos de carbono no plano de transição	OCPC 10 evidencia finalidade dos créditos (uso próprio ou venda) e impacto no patrimônio
Métricas e Metas	Informar volume, tipo, certificação, validade, preço e uso dos créditos	OCPC 10 fornece base de mensuração (custo ou valor justo) e registros de movimentação
Riscos e Oportunidades	Expor riscos de invalidação, depreciação ou mudança regulatória	OCPC 10 trata de provisões e perdas relacionadas aos créditos
Conectividade com DF	Relacionar informações de sustentabilidade com dados financeiros auditados	OCPC 10 garante que os créditos estejam refletidos nas DF de forma consistente

Em resumo, IFRS S1/S2 exigem que informações de sustentabilidade sejam coerentes e reconciliadas com as demonstrações financeiras.

OCPC 10 fornece a base contábil para essa reconciliação:

- Saldo inicial e final de créditos de carbono
- Créditos adquiridos, gerados, usados e vendidos
- Mensuração e eventuais ajustes de valor

Na prática, a nota explicativa dos créditos de carbono (OCPC 10) se torna fonte primária para parte das métricas e metas climáticas exigidas pelo ISSB.



Relação com Normas
Conectar com CVM 223/24.

CVM 223/24 – Impacto nas Companhias Abertas

- Torna obrigatória a aplicação da OCPC 10 para todas as companhias abertas no Brasil.
- Abrange créditos de carbono, permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO).
- Vigência: 1º de janeiro de 2025, aplicável aos exercícios iniciados nessa data ou posteriormente.

Em suma, impacto para companhias abertas:

- Padronização do tratamento contábil de créditos de carbono.
- Maior transparência para investidores e reguladores.
- Integração entre informações financeiras e climáticas, alinhada a práticas internacionais.

OCPC 10	CVM 223/24
Define critérios contábeis para reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono e similares.	Eleva esses critérios à condição de obrigatórios para companhias abertas.
Classifica créditos como ativo intangível ou estoque, conforme finalidade.	Exige aplicação uniforme para garantir comparabilidade e transparência no mercado de capitais.
Determina divulgação detalhada em notas explicativas (quantidade, valor, provisões, premissas).	Garante que essas informações estejam nas demonstrações financeiras auditadas.

Perspectivas e Controvérsias da OCPC 10

Apesar dos avanços, a OCPC 10 levanta debates importantes. A mensuração dos créditos de carbono, seja pelo custo histórico ou valor justo, é um ponto de discussão. Além disso, a natureza jurídica e tributária desses créditos ainda está em evolução no Brasil, gerando incertezas. Há críticas sobre a limitação conceitual da norma IAS 32, que serve de base para não classificar os créditos como ativos financeiros, o que impacta sua contabilização.

1 Debate sobre Mensuração

Custo histórico versus valor justo: qual método reflete melhor a realidade econômica?

2 Natureza Jurídica e Tributária

Ainda em definição, gerando desafios na aplicação prática da norma.

3 Críticas à IAS 32

A não classificação como ativos financeiros baseada na IAS 32.

Debate sobre Mensuração

Mensuração Inicial

- **Aquisição:** Valor de compra (custo de aquisição).
- **Geração própria:** Custo de produção diretamente atribuível ao projeto de carbono.

Mensuração Subsequente

- Pode seguir duas abordagens, conforme a política contábil da entidade:
 - **Custo Histórico:** Mantido pelo valor original, menos amortizações e perdas.
 - **Valor Justo:** Atualizado periodicamente com base em preços de mercado ou técnicas de avaliação confiáveis.
- Dependendo do modelo de negócio do agente econômico para usuários finais que são aqueles que adquirem os ativos para compensação de emissões, podem mensurá-los pelo custo histórico. Já os Originadores e Intermediários que mantêm os ativos para venda futura devem mensurá-los pelo valor justo com mudanças reconhecidas no resultado.

Ajustes de Valor

- Quando adotado o valor justo, é necessário ajustar periodicamente o valor dos créditos para refletir a realidade do mercado.
- Ajustes de valor devem ser registrados conforme as normas contábeis aplicáveis e política contábil da entidade.

2 Natureza Jurídica e Tributária

1. Natureza Jurídica dos Créditos de Carbono

A Lei nº 15.042/2024 caracteriza os créditos de carbono como **ativos autônomos com natureza de fruto civil**, não configurando mercadoria ou serviço no sentido tradicional.

Contabilmente, conforme a OCPC 10, devem ser registrados como:

- **Ativos:** Estoques, ativos específicos ou ativos intangíveis, conforme agente econômico (originador, intermediário, usuário final);
- **Passivos:** Provisões para atender a compromissos de descarbonização futuros.

2. Reflexo na Tributação da Empresa

a) Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL

Ganhos com alienação de créditos de carbono devem compor a base de cálculo de IRPJ e CSLL, considerando a natureza da operação (resultado operacional ou não operacional).

Empresas no Lucro Real precisam atentar para:

- Ajustes de valor justo registrados via resultado, com efeitos diretos na apuração do IRPJ/CSLL;
- Necessidade de controles específicos para mensurar e demonstrar corretamente esses efeitos.

b) PIS/Cofins, CBS e IBS (Reforma Tributária)

Hoje, existe isenção de PIS/Cofins para créditos de carbono em muitas operações.

Com a reforma, **há risco de incidência de CBS e IBS sobre operações envolvendo créditos de carbono**, o que poderia alterar a viabilidade econômica dos projetos.

Esse é um ponto de alerta que requer:

- Análise da legislação complementar que será publicada;
- Avaliação dos impactos no *pricing* dos créditos e na margem financeira da empresa.

2 Natureza Jurídica e Tributária

c) Insegurança Jurídica em Discussão

- A classificação dos créditos como frutos civis ainda pode gerar interpretações divergentes quanto à tributação, principalmente sob as novas regras de CBS/IBS.
- A recomendação é manter acompanhamento junto aos consultores tributários para avaliar eventuais reflexos.

3. Impacto Interno e Recomendações

Diagnóstico Fiscal e Contábil: Mapear quais operações atuais da empresa envolvem créditos de carbono, de forma direta ou indireta.

Política Contábil Atualizada: Integrar as orientações da OCPC 10 às práticas da companhia, considerando reconhecimento, mensuração e divulgação.

Integração Sustentabilidade + Contabilidade: Garantir que as informações fornecidas pela área de sustentabilidade sejam refletidas de forma consistente e rastreável na contabilidade e nos relatórios fiscais.

Monitoramento da Legislação: Acompanhar a regulamentação complementar da reforma tributária para adequações oportunas, principalmente em relação à CBS e IBS.

2 Natureza Jurídica e Tributária

Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) – Fases de Implementação

Lei nº 15.042/2024 – Um marco para o mercado de carbono no Brasil

- **O que é o SBCE:** Mecanismo de mercado para regular e reduzir emissões de gases de efeito estufa;
- **Objetivo central:** Alinhar desenvolvimento econômico e metas climáticas;
- **Apoio internacional:** Parceria técnica com o programa *Partnership for Market Implementation* (PMI) do Banco Mundial.

Objetivo

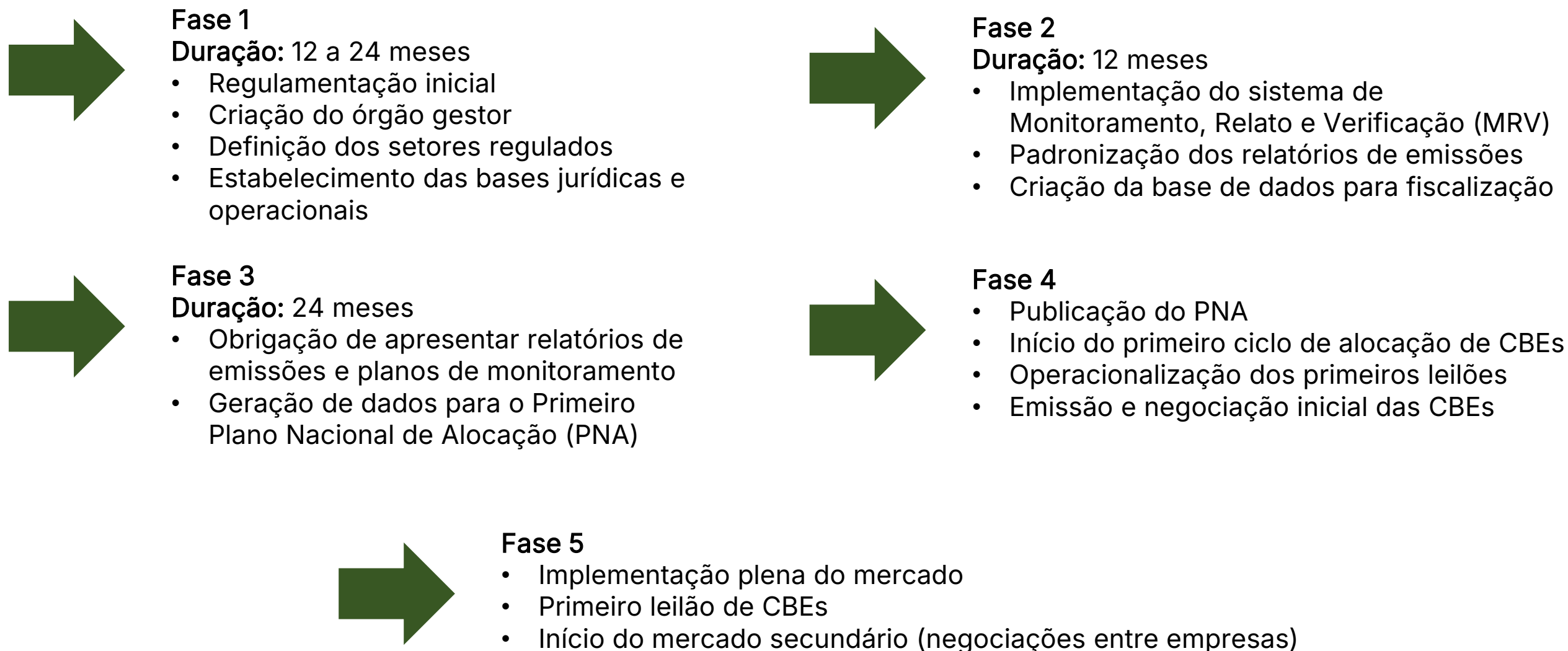
- Garantir previsibilidade e segurança jurídica para empresas reguladas
- Atrair investimentos internacionais
- Posicionar o Brasil como protagonista no mercado global de carbono
- Implementação gradual para evitar impactos econômicos bruscos
- Adequação progressiva das empresas às novas regras

Benefícios Esperados

- Estímulo às exportações brasileiras
- Redução do risco de barreiras comerciais
- Valorização dos biomas brasileiros
- Integração ao mercado internacional de carbono

2 Natureza Jurídica e Tributária

Estrutura Geral do Processo - A implementação do SBCE está dividida em cinco fases principais.



Os esforços necessários ao longo dessas cinco fases estão distribuídos em quatro áreas temáticas: i) design, escopo e ambição; ii) conformidade e fiscalização, iii) alocação, comércio e rastreamento de ativos, e iv) governança e engajamento das partes interessadas.

3 Críticas à IAS 32

A não classificação como ativos financeiros baseada na IAS 32.

A **IAS 32 – *Financial Instruments: Presentation*** trata principalmente da apresentação dos instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis, definindo quando algo deve ser classificado como ativo financeiro, passivo financeiro ou instrumento patrimonial.

A IAS 32 define ativo financeiro como:

- Caixa
- Instrumento patrimonial de outra entidade
- Direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro
- Direito contratual de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros sob condições favoráveis.

Como os créditos de carbono:

- Não representam direito a caixa por si só;
- Não são instrumento patrimonial de outra entidade;
- Não decorrem, na maioria dos casos, de contrato bilateral com obrigação de contraparte entregar ativo financeiro;

De acordo com o OCPC10 a definição desses créditos é direito incorpóreo, negociável e transferível, portanto eles não atendem a definição de ativo financeiro, mesmo que possam ser negociados em mercados regulados.

3 Críticas à IAS 32

A não classificação como ativos financeiros baseada na IAS 32.

Pela ótica da IAS 32 :

- Créditos de carbono são tratados como ativos intangíveis (IAS 38) quando detidos para uso próprio;
- Somente quando adquiridos com objetivo de revenda imediata e negociados como mercadorias é que podem ser tratados como estoques (IAS 2).

Especialistas apontam que:

A definição restrita da IAS 32 não acompanha a realidade econômica dos créditos de carbono, que funcionam como unidades de valor intercambiáveis e comercializáveis. A não classificação como ativo financeiro pode reduzir a comparabilidade com outros instrumentos negociáveis e diminuir a transparência na mensuração a valor justo. Em mercados de carbono mais maduros, há demanda por que esses créditos sejam tratados de forma similar a commodities financeiras, dado seu uso como instrumento de compliance regulatório ou ativo de investimento.

Portanto temos em discussão uma limitação conceitual:

- Força contabilização mais próxima da de ativos não financeiros, com possível menor relevância informacional sobre flutuações de preço.
- Pode criar divergência entre demonstrações contábeis e relatórios de sustentabilidade/ESG, onde créditos de carbono têm papel central na estratégia de mitigação.

Fontes de Informação e Pesquisa para a OCPC 10

Para aprofundar o conhecimento sobre a OCPC 10 e suas implicações, é fundamental consultar as fontes primárias. O texto oficial da OCPC 10, disponível no site do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), é a referência principal. Além disso, a Resolução CVM 223/24, com seu resumo explicativo, oferece insights cruciais sobre os novos requisitos de sustentabilidade para companhias abertas, complementando a orientação da OCPC 10.

Fonte	Detalhes
OCPC 10	https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Orientacoes/Orientacao?Id=161
Resolução CVM 223/24 Requisitos para companhias abertas sobre relatórios de sustentabilidade.	https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol223.html
NBC TDS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação das Informações Financeiras Relacionadas a Sustentabilidade NBC TDS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima	https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tds-de-sustentabilidade

Análise Crítica e Desafios da OCPC 10

A OCPC 10 representa um marco significativo na contabilidade ambiental brasileira, impulsionando a transparência e a responsabilidade das empresas. No entanto, sua aplicação prática ainda enfrenta desafios, especialmente em relação à mensuração e à necessidade de consistência com futuras normas internacionais. Trata-se de um passo inicial, e sua revisão poderá ocorrer conforme o IASB avance em diretrizes globais mais abrangentes.

Avanço em Transparência

Melhora a divulgação contábil ambiental no Brasil.

Desafios na Mensuração

Questões sobre o valor justo e a comparabilidade com outras normas.

Consistência Internacional

A necessidade de alinhamento com futuras diretrizes do IASB.

Conclusão: Preparando-se para o Futuro da Contabilidade

A OCPC 10 fortalece a integração entre contabilidade e sustentabilidade, sinalizando uma nova era para as demonstrações financeiras. Com sua adoção obrigatória a partir de 2025, empresas precisam se preparar urgentemente.

É essencial capacitar profissionais contábeis, revisar processos internos e adotar novas tecnologias para garantir total conformidade e transparência.

